CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS CATARINENSES PÓS-2000*

SOCIO-SPATIAL CONFIGURATIONS OF CATARINENSES PRODUCTIVE STRUCTURES POST-2000

CONFIGURACIONES SOCIO-ESPACIALES DE LAS ESTRUCTURAS PRODUCTIVAS CATARINENSES POST-2000

Carlos José Espíndola
Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pela Universidade Autónoma de Barcelona. Professor Titular na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.
carlos.espindola@ufsc.br

RESUMO

Após um intenso processo de reestruturação técnico-econômica dos anos de 1990, as estruturas produtivas catarinense adentraram nas duas primeiras décadas do século XXI, em uma conjuntura econômica que impulsionou os investimentos produtivos, a internacionalização de suas atividades e o aumento das exportações. Entretanto, os desempenhos das estruturas produtivas catarinenses fizeram-se de forma diferenciada em termos setoriais, intrasetoriais e territorial. Neste sentido, o objetivo geral deste texto é desvendar a configuração sócioespacial das estruturas produtivas catarinenses pós-2000. Em termos gerais apresenta-se que a configuração espacial das atividades produtivas catarinenses vem sendo marcada por um processo de concentração, dispersão e exclusão que, por sua vez, redefine a participação das mesorregiões na divisão social do trabalho. Esse processo altera substancialmente a dinâmica populacional e a distribuição da força de trabalho.

Palavras Chaves: Configurações socioespaciais; Estruturas produtivas; Santa Catarina; Desempenho econômico; Concentração e dispersão territorial.

ABSTRACT

After an intense process of technical-economic restructuring in the 1990s, Santa Catarina's productive structures entered the first two decades of the 21st century in an economic conjuncture that boosted the productive investments, activities internationalization, and exports increase. However, the Catarinenses performance of productive structures differentiated in sectorial, intrasectoral, and territorial terms.

* Esse texto é fruto do projeto de pesquisa intitulado "As configurações espaciais nas regiões produtivas catarinenses pós-década de 1990" (processo CNPq: 302474/2016-1- Bolsa PQ). Portanto, agradecimentos ao CNPq pelo financiamento.

Therefore, this text aims to unveil the socio-spatial configuration of Santa Catarina's productive structures post-2000. Thus, it seems the spatial configuration of Santa Catarina's productive activities has been marked by the process of concentration, dispersion, and exclusion that redefines the participation of mesoregions in labor social division. The procedure substantially alters population dynamics and labor force distribution.

Keywords: Socio-spatial configurations; Productive structures; Santa Catarina; Economic performance; Concentration and territorial dispersion.

RESUMEN

Después de un intenso proceso de reestructuración técnico-económica de la década de 1990, las estructuras productivas Catarinensesentraron, en las dos primeras décadas del siglo XXI, en una coyuntura económica que impulsólas inversiones productivas, la internacionalización de sus actividades yel aumento de las exportaciones. Mientras, los desempeños de las estructuras productivas Catarinenses se hicieron de forma diferenciada en términos sectoriales, intrasectoriales y territoriales. Así, el objetivo general de este texto es desentrañarla configuración socio-espacial de las estructuras productivas Catarinenses post-2000. En términos generales, se presenta quela configuración espacial de las actividades productivas Catarinenses está siendo definida por un proceso de concentración, dispersión y exclusión que, por su vez, redefine la participación de las meso-regionesen la división social del trabajo. Ese proceso altera sustancialmente la dinámica poblacionalyla distribución de la fuerza de trabajo.

Palabras clave: Configuraciones socio-espaciales; Estructuras productivas; Santa Catarina; Desempeño económico;Concentración y dispersión territorial.

INTRODUÇÃO

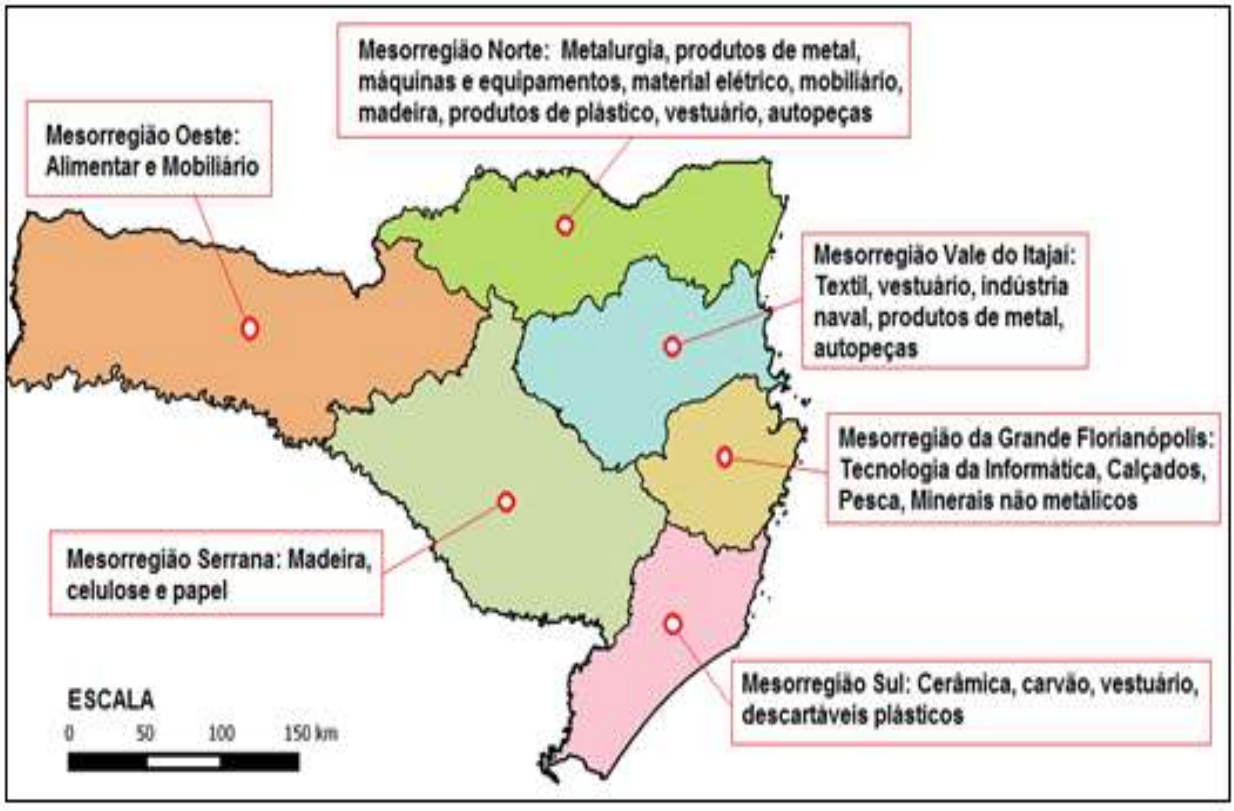
As estruturas produtivas catarinenses, localizadas nas mesorregiões catarinenses, conforme Figura 1[1], passaram por um período de crescimento entre os anos 2003-2012, em decorrência de um ciclo de crescimento da economia brasileira (BIELSCHOWSKY, 2013). De acordo com Bielschowsky (2013) esse ciclo é fruto dos fatores internos e externos. Internamente, ressalta-se o crescimento do mercado interno, a evolução do crédito e os investimentos públicos e privados, que resultaram em uma onda de inversões centrada na expansão, diversificação e inovação. Externamente,

[1]A divisão regional do Brasil em mesorregiões. A divisão em micro e mesorregiões geográficas foi estabelecida em 1989 (IBGE, 1990). Santa Catarina possui seis mesorregiões (Oeste catarinense, Norte catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, e Sul catarinense). Uma mesorregião geográfica é "uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização espacial definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicações e de lugares, como elemento da articulação espacial"(IBGE, 1990, p. 8).

merecem destaque a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos, sobretudo no setor de serviços, e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais.

Espíndola (2017) ressalta ainda as medidas político-institucionais implantadas pelo Governo Federal, tais como: política de ampliação do crédito ao consumidor, de transferência de renda (Bolsa Família), de valorização do salário mínimo e as medidas de ampliação dos programas sociais (Fome Zero, Minha Casa Minha Vida, PRONAF, entre outros).

Figura 1 – Principais atividades econômicas distribuídas nas mesorregiões catarinenses



Fonte: FIESC (2014).

Entre 2003-2012, o PIB do estado de Santa Catarina apresentou um crescimento de 2,9 vezes, passando da casa dos R$ 63 bilhões para R$ 191,7 bilhões. Em termos de taxas de crescimento, houve um aumento do PIB estadual de 1,0%, em 2003, para 5,4%, em 2010; enquanto no PIB brasileiro houve um acréscimo de 1,1% para 7,5%, no mesmo período. Entre 2002-2014, a participação de Santa Catarina no PIB brasileiro passou de 3,6%, para 4,2%.

Nos agronegócios**,** entre 2003-2016, o Valor Bruto da Produção (VBP) passou de R$ 11,7 bilhões para R$ 29,4 bilhões, o que representa um crescimento da ordem de 2,5 vezes[2]. Em 2015, o valor gerado de R$ 25,2 bilhões representou 5,5% de todo o valor gerado pelo agronegócio brasileiro. Na pecuária, o VBP passou, entre 2005 e 2015, de R$ 10 bilhões para R$ 14,8 bilhões, o que representou 8,8% do total de valor da pecuária brasileira. Somente o valor bruto da produção de frango acendeu, no mesmo período, de R$ 5,9 bilhões para R$ 7,5 bilhões, representando 17,7% do total gerado na produção de frango no Brasil (EPAGRI/CEPA, 2016-2017). Entretanto, o aumento da renda gerada ocorreu com a redução das áreas plantadas e do número de produtores.

O desempenho da economia catarinense manifestou-se, do mesmo modo, nas exportações. No período pós-2000, as exportações catarinenses subiram da casa dos US$ 3,7 bilhões, em 2001, para US$ 8,9 bilhões, em 2014. Merecem destaque, na pauta exportadora catarinense, os produtos dos agronegócios, responsáveis por 61,53% das exportações totais do estado, perfazendo um faturamento de US$ 4,7 bilhões, em 2015. Entre 2003-2014, enquanto as exportações totais catarinenses cresceram de US$ 3,7

[2]Diferentemente de uma vasta bibliografia que associa agronegócio à produção de *commodities* e ao tamanho da área, definem-se, aqui, os agronegócios como uma cadeia produtiva "que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final" (Contini et al., 2006, p. 6). Nessa perspectiva, incluem-se os tipos de agronegócios em escala que se dedicam à produção de grãos e carnes, e os agronegócios dedicados à produção de frutas, olerícolas e produtos que exigem o primado da qualidade (Gonçalves 2005). A emancipação de atividades antes internas às propriedades rurais, que passaram a se constituir em novos ramos das cadeias de produção, fez a agropecuária perder espaço relativo no complexo produtivo dos agronegócios da agricultura. O complexo de agronegócios da agricultura pode ser visualizado como uma estrutura de segmentos setoriais na qual a produção biológica passa a ser veículo estratégico para a combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que se iniciam nas fábricas de insumos e maquinaria e finalizam-se nas estruturas de varejo (Gonçalves 2005, p. 10-11). Resumidamente teríamos: (1) pré-porteira (indústrias de bens de capital e indústrias químicas e de embalagens); (2) dentro da porteira (lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal e produção pecuária); e (3) pós-porteira (agrosserviços).

bilhões para US$ 8,9 bilhões, as exportações do agronegócio passaram de US$ 2,4 bilhões para US$ 5,8 bilhões (ESPÍNDOLA, 2016; 2018).

O desempenho favorável da economia catarinense foi fruto das diferentes estratégias das estruturas produtivas catarinenses. Neste caso destaca-se o intenso processo de aquisição de máquinas e equipamentos, o aumento da capacidade produtiva, a atualização tecnológica e a melhoria da qualidade dos produtos. Os investimentos fizeram-se igualmente no exterior (Portugal, EUA, México, Índia, Alemanha e países do Mercosul) e extra regionalmente (Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros) e visaram a expansão da operação logística, à abertura de escritórios, instalação de capacidade nova e filiais de vendas (FIESC, 2016).

Muito desses investimentos contou com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De 2000 a 2010, o volume de recursos do destinados para a indústria catarinense cresceu cerca de 380% (RONÇANI; GOULARTI FILHO, 2015). Já o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), entre 2006-2015, teve um crescimento na participação da liberação de recursos em 366%. Os planos de novos investimentos contaram ainda com projetos aprovados via Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)[3].

Nos agronegócios destacam-se os investimentos realizados pelas cooperativas agropecuárias visando expandir o processo de industrialização, agregação de valor e ampliação do mix de produtos (FARIAS; ESPÍNDOLA, 2016). Para tanto, elas contaram, com dois programas de financiamento. O Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), criado em 2003, e o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO). Enquanto o primeiro destinou um total de R$ 776 milhões, entre 2003-2012, o segundo destinou, entre 2010-2012, R$ 695 milhões (PADILHA; ESPÍNDOLA, 2015).

[3]O PRODEC, criado em 1998, busca conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Trata-se de incentivo equivalente a um percentual pré-determinado sobre o valor do ICMS a ser gerado pelo novo projeto (SANTA CATARINA, 2019).

Vale salientar que o desempenho dos agronegócios catarinenses contou com várias políticas públicas e a política de crédito rural via PRONAF[4]. O número de contratos financiados pelo programa passou, entre2003-2012, de 44,8%, de um total de 220 mil, para 67,3%, de um total de 211 mil. Por fim, reduziram-se os contratos de custeio de 180 mil para 134 mil, e houve aumento dos contratos de investimentos de 38,1 mil para 74,8 mil, no mesmo período (EPAGRI/CEPA, 2016-2017).

Entretanto, o desempenho econômico das atividades produtivas catarinenses foi diferenciado entre os setores e intrasetorialmente. Assim, enquanto, entre 2004-2012, diminuiu a participação da indústria no PIB do estado, de 35,9% para 34,1%, cresceu a participação do PIB do Comércio e dos Serviços, de 54,4% para 59,2% (FIESC, 2013). Em termos de Valor Adicionado Bruto (VAB)[5], o crescimento na economia catarinense, entre 2002-2016, foi da ordem de 4,6 vezes. Setorialmente, o maior crescimento ocorreu no setor de serviços, com um aumento do valor de 5,3 vezes contra um crescimento de 4,2 vezes da indústria e 3,7 vezes da agropecuária.

O desempenho econômico das atividades produtivas catarinenses não foi apenas diferenciado entre os setores e intrasetorialmente. Ele também se manifestou territorialmente, o que por sua vez, resultou em uma nova configuração socioespacial das estruturas produtivas[6]. Assim sendo, o objetivo geral deste texto é desvendar a configuração socioespacial das estruturas produtivas catarinenses e o seu impacto na dinâmica populacional e no mercado de trabalho pós-2000.

Para o alcance dos objetivos este texto foi realizado com base em uma revisão bibliográfica sobre as reestruturações produtivas nas diferentes atividades

[4] Dentre as políticas públicas do Governo Federal destacam-se: (a) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); (b) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (c) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (d) Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros. Para o conjunto do agronegócio, o governo brasileiro direcionou o BNDES e o Banco do Brasil como principais agentes do financiamento agropecuário (PADILHA; ESPÍNDOLA, 2015).

[5] O conceito de Valor Adicionado Bruto (VAB), é utilizado como medida da riqueza social gerada em uma região ou país em determinado período. A definição do VAB é dada pela diferença entre o VBP e o consumo intermediário (Cl). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas" (FARIA ,1983, p. 109-110).

[6] A configuração socioespacial é composta por um sistema de objetos (naturais e artificiais) e de um sistema de ações. Os objetos são as formas espaciais e as ações o seu conteúdo social (SANTOS, 2006).

econômicas catarinenses; em uma coleta de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos relatórios anuais da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), nos relatórios da EPAGRI/CEPA, entre outras fontes de informações.

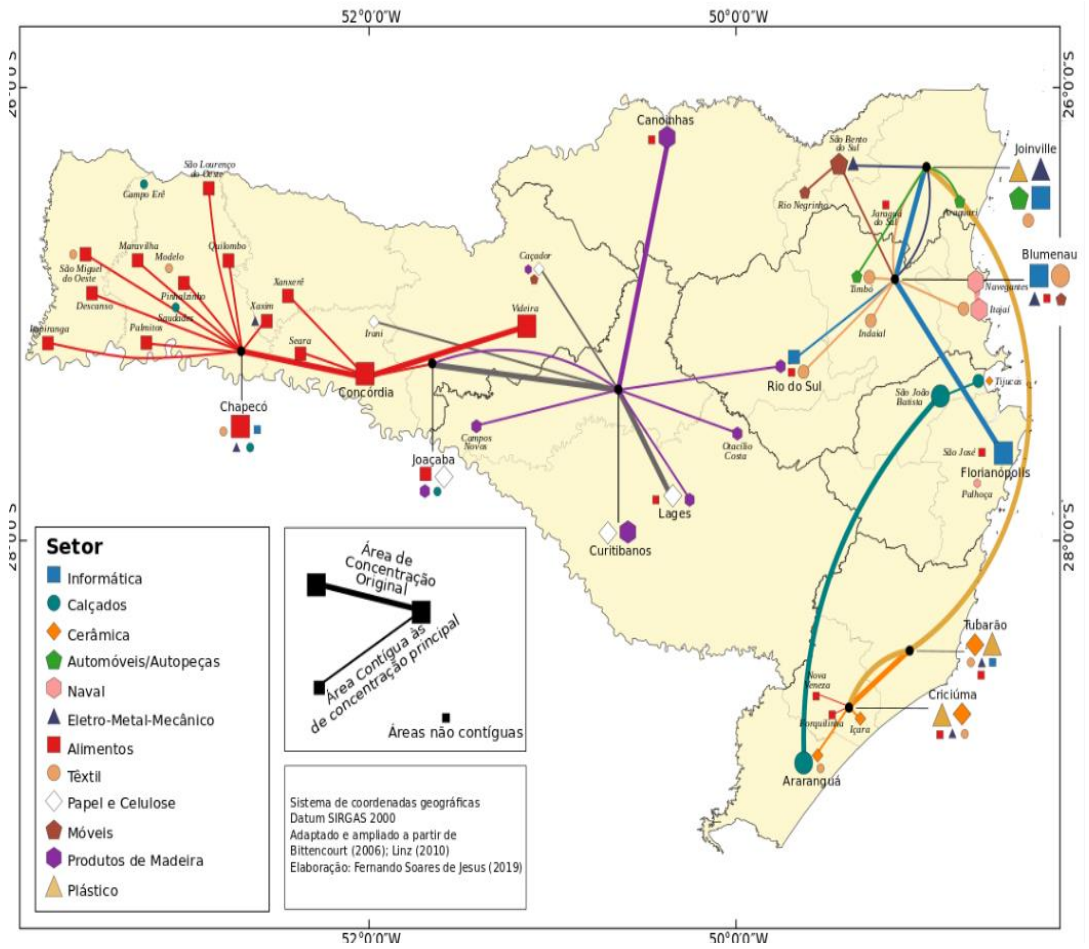
Além dessa introdução e da conclusão, o texto é composto de duas partes. A primeira aborda as configurações sócioespaciais das atividades produtivas catarinenses pós 2000 e, a segunda discute os impactos dessas configurações sócio-espaciais na dinâmica demográfica e no mercado de trabalho do estado de Santa Catarina.

CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS CATARINENSES PÓS-2000

As atividades produtivas catarinense historicamente caracterizam-se pela constituição e desenvolvimento de segmentos especializados regionalmente que, por sua vez, apresenta uma elevada concentração geográfica. Segundo Cario e Fernandez (2010, p. 201), a organização industrial pode ser qualificada "sob o prisma de aglomerações urbanas". Em 2010, a maior parte dos estabelecimentos industriais está localizada nas mesorregiões do Vale do Itajaí, Norte e Sul catarinenses, perfazendo 70,3% (CARIO; FERNANDEZ, 2010).

Contudo, duas características são marcantes na distribuição territorial das atividades produtivas. A primeira é que existem áreas em microrregiões ou municípios contiguas à concentração espacial e, a segunda, é que existem áreas não contíguas a atividade principal Assim, a partir de Lins (2005), Cario e Fernandes (2010), apresenta-se os setores produtivos com suas respectivas áreas de concentração e as suas áreas contiguas e não contiguas, conforme representação da Figura 2.

Figura 2- Síntese da configuração territorial das estruturas indústrias (SC)



Fonte: Elaborado a partir de Lins (2005); Cario e Fernadez (2010)

Com base na na Figura 2, o setor de alimentos concentra-se no oeste catarinense e se dispersa por suas áreas contiguas do oeste catarinense e para as áreas não contiguas como norte e sul do estado. O setor eletro metal mecânico concentra-se em Joinville e difundi-se para suas áreas próximas (Blumenau e São Bento do Sul) e áreas não próximas como Chapecó, Criciúma e Tubarão. Apesar do setor têxtil estar concentrado na sua região de formação (Vale do Itajaí), sua dispersão atingiu áreas distantes como Criciúma, São Carlos e Maravilha no oeste do estado.

Portanto,verfica-se alguns processos de concentração nas áreas de origem, difusão para áreas próximas às áreas de origem e dispersão para várias outras áreas. Isto, por sua vez desemboca por um lado, na diversificação das atividades industriais em

várias áreas e, por outro lado, a emersão de novas economias de aglomeração.Dentre elas, podem-se destacar três grandes aglomerações.

Uma ocorrida em torno das áreas portuárias de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Itapoá, com a instalação e concentração de empresas de logística portuária, como, por exemplo, a Braskarne, a Multilog, a Polyterminais, APM terminais Itajaí (grupo Maersk) e a Concórdia Logística. A outra, próxima às indústrias automobilísticas (GM, BMW e LS TRACTOR), que se instalaram, respectivamente, em Joinville, Araquari e Garuva e, por fim, as aglomerações na mesorregião da Grande Florianópolis, decorrentes da indústria de tecnologia da informação (ESPÍNDOLA, 2018).

Essas aglomerações de atividades semelhantes ou complementares criaram, entre os diferentes agentes, o compartilhamento e a difusão de informações, que por sua vez, proporcionaram um conjunto de vantagens, na implantação e sustentação de serviços locais especializados. Cabe destacar que muitas dessas empresas que se instalaram próximas ao Porto de Itajaí contaram com o benefício concedido pelo governo. O governo do estado criou o "Programa Pró-Emprego" em 2007, com o objetivo da geração de emprego e renda no território catarinense por meio de tratamento tributário diferenciado do ICMS (ESPÍNDOLA, 2018).

As transformações espaciais manifestaram-se também nos agronegócios. As mesorregiões catarinenses (oeste, norte, serrana, vale do Itajaí, Grande Florianópolis e sul) apresentaram, entre 2003-2016, comportamentos diferenciados em termos de área plantada, produção e valor bruto da produção (VBP).

A mesorregião do oeste catarinense reduziu a área plantada com culturas temporárias de 28%, especialmente, na redução da área de feijão (54%), milho (64%), cana-de-açúcar (50%), fumo (55,6%) e mandioca (27%). Em termos de área plantada com as culturas permanentes, a redução foi de 43%, sobretudo na maçã, com um decréscimo de 44,57%. Em contrapartida, o seu efetivo de suínos cresceu de 4,1 milhões de cabeças para 4,8 milhões, o que representou, em 2017, 78,74% dos suínos produzidos no Estado. Já a sua produção de leite passou de 909 mil litros para 2,3 milhões, perfazendo um crescimento de 262% e resultando na concentração de 78% da produção estadual. Mesmo obtendo pouca variação de crescimento no efetivo avícola, o

oeste catarinense concentra 74,5% dos 6.684 produtores de frango de corte (EPAGRI/CEPA, 2016-2017).

As mesorregiões norte e serrana apresentaram variações positivas nas áreas plantadas com culturas temporárias em 18% e 23%, respectivamente. A variação do crescimento ocorreu ao mesmo tempo nas áreas das culturas permanentes, com o aumento de 57% da área plantada e uma produção de 407 mil toneladas de maçãs, o que representa 77,56% da produção total. No Vale do Itajaí, a queda de -12,7% nas áreas plantadas da cultura temporária manifestou-se no plantio da batata, com uma diminuição da área em 62%, seguida da área da mandioca (47%) e da do milho (42%).

Na Grande Florianópolis, excetuando-se o arroz, que apresentou uma variação percentual de 47% na área plantada, os demais produtos mostraram queda da área plantada, com destaque para a batata (-86%), o feijão (-71%), o tomate (-50%) e a cana (-43%). Destaca-se que, em 1990, essa região respondia sozinha por 51% da produção estadual de tomate, 42% da produção de cana-de-açúcar e 22%, do total de cebola do estado. Em 2016, respectivamente, representou 13%, 11% e 17%. Os dados demonstram a perda de participação da Grande Florianópolis na produção do agronegócio catarinense. Contudo, essa mesorregião é caracterizada na estrutura produtiva dos agronegócios catarinense como grande produtora de hortifrutigranjeiros.

Reportagem do jornal Notícias do Dia (2014) indica que a região produz 59% de todo o alface do estado, 80% de toda a couve, 75% de todo o milho verde, 73% de todo o brócolis, 98% de todo o chuchu, 93% de todo o espinafre, entre outros, como, por exemplo, rúcula, berinjela, agrião, batata doce e couve-flor.Em 2006, existiam 3.338 estabelecimentos em Santa Catarina atuantes na horticultura. Desse total, 38,91% concentravam-se na Grande Florianópolis, com evidência para o município de Florianópolis, com 601 estabelecimentos.

Enquanto os estabelecimentos catarinenses foram responsáveis por um valor bruto de R$ 165,1 milhões de reais, os estabelecimentos localizados na mesorregião geraram R$ 76,9 milhões, originando-se 69,33% desse valor da microrregião de Florianópolis. Destaca-se que entre 2003-2017, vem ocorrendo um processo de

concentração/desconcentração territorial da produção. Vários municípios perdem participação na estrutura de mercado de determinados produtos, mas ganham em outros em um verdadeiro processo de especialização.

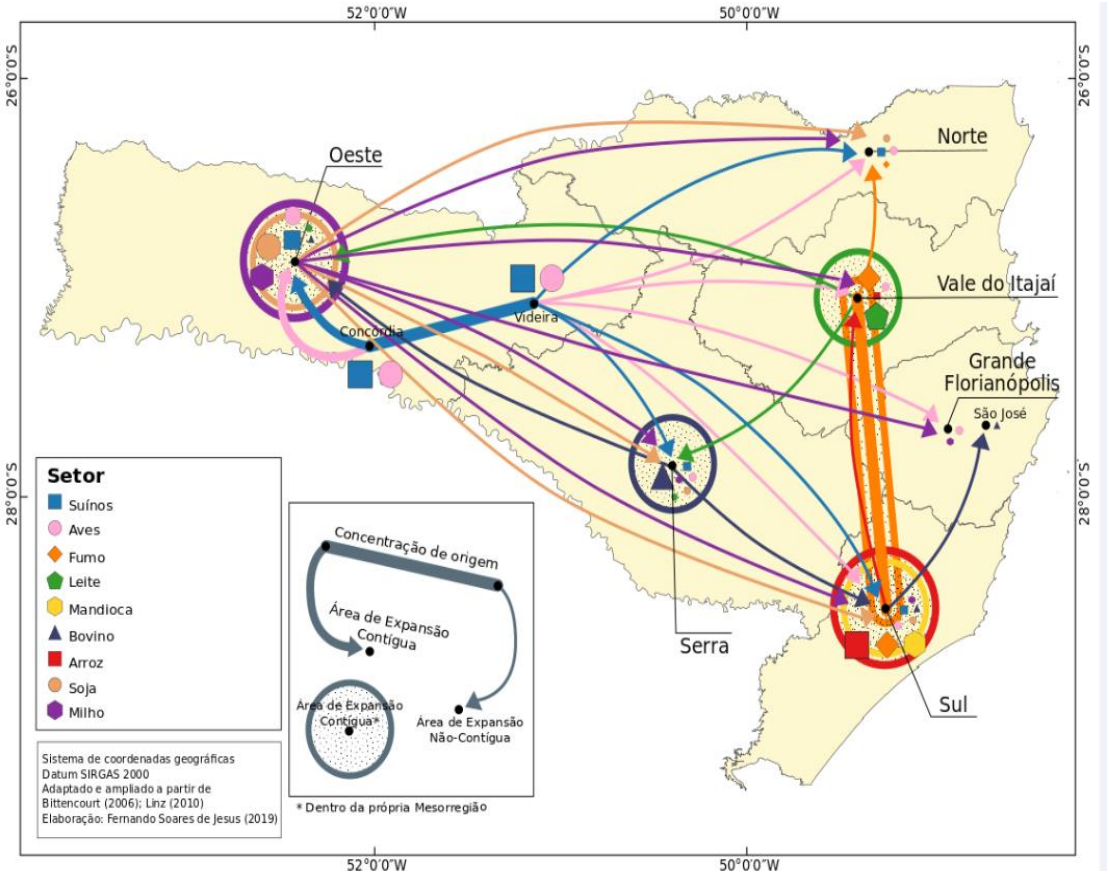
No Sul do estado, todos os produtos tiveram queda da área plantada, excetuando-se o arroz cujo aumento de área foi de 10,8%, passando de 83 mil hectares para 93 mil hectares, entre 2003-2016. Essa região é responsável por 62,5% da produção total catarinense de arroz e 29,7% da de mandioca. Não obstante, cabe ressaltar que, em 1990, a região sul participava com apenas 44% do total de arroz produzido, contra 21% do vale do Itajaí e 22 % do total do norte do estado. Ademais, as áreas destinadas à produção de mandioca estão sendo substituídas por pastagens e culturas do milho e soja.

Ainda nessa mesorregião a dinâmica territorial diferenciada manifestou-se também no efetivo de animais, o que sinaliza uma nova divisão regional do trabalho, com destaque para Braço do Norte, Grão Pará e Armazém, que passaram a concentrar 66,1% do efetivo total de suínos. No efetivo de aves verifica-se também uma alteração no padrão territorial da produção. Concomitante a concentração territorial acentua-se a especialização nas etapas do processo produtivo, o aumento da escala de produção e a redução do número de estabelecimentos suinícolas. O intenso processo de aumento das escalas de produção, mesmo com redução de número de produtores, área plantada e a crescente intensificação tecnológica, vem promovendo um processo de seletividade e exclusão de produtores.

As atividades relacionadas aos agronegócios apresentam durante os anos de 1990-2017 uma dispersão, conforme Figura 3. Originada no Oeste, com 74% da concentração da produção em 1990, a soja adentrou em áreas históricas da pecuária extensiva e extrativismo madeireiro. A dispersão da soja ocorreu ainda para a região norte do estado, com uma variação do crescimento da quantidade produzida, entre 2003-2016, de 269%, passando de 187 mil toneladas para 504 mil toneladas. Em 1990, essa região participava com 12% da produção total catarinense e, em 2016, atingiu 23,56%. Neste caso específico da soja, sua área de concentração é o oeste catarinense, mas sua

dispersão se fez muito além das suas áreas contiguas, como por exemplo, o sul do estado. Formando com isso um triangulo produtivo. Partindo do oeste em direção ao norte e ao sul do estado.

Figura 3 – Síntese da configuração territorial dos principais produtos dos agronegócios catarinense.



Fonte: IBGE (2017)

A Figura 3 apresenta ainda uma dinâmica de espraiamento de outros agronegócios, como aves e milho por exemplo. A avicultura, originária no meio oeste (Concórdia e videira), por iniciativa da Sadia e Perdigão nos anos de 1960, difundiu-se para as áreas contiguas de todo o oeste catarinense e as áreas não contiguas do sul do estado e da grande Florianópolis, pós 1990. Portanto, uma concentração pontual nessas

três localizações. No caso do milho a dispersão se fez, apesar da redução de área plantada, em todas as mesorregiões partir dos anos de 1960. Contudo, nos anos de 1990 acompanhou o deslocamento da avicultura.

Entretanto, apesar do aumento do efetivo de frangos nas três grandes áreas produtoras do estado, a área plantada de milho diminui, transformando todas as regiões de Santa Catarina deficitárias na oferta desse grão. Nos agronegócios de bovinos de corte a concentração ocorre na mesorregião serrana com pouca dispersão para as demais regiões do estado. Excetua-se o oeste, em virtude do descarte oriundo da pecuária leiteira. A produção de leite originou-se no vale do Itajaí, nos anos de 1960, mas sua dispersão se fez para a região serrana nos anos de 1990 e no oeste catarinense pós 2000. Em outros produtos (mandioca) ocorre uma forte concentração em determinada área (sul do estado).

Em termos gerais, as configurações territoriais das atividades produtivas catarinense apresentaram, nos últimos anos, características e tendências a uma concentração e dispersão regional. No caso da dispersão em alguns casos eram feitas pontualmente, já em outros casos de forma espraiada. Nesse processo emergiram uma maior diversificação produtiva, combinada, em alguns casos com uma maior especialização produtiva regional. Ambos os processos combinados resultaram no surgimento e consolidação de economias de aglomeração, que tem papel decisivo na dinâmica demográfica e no mercado de trabalho.

IMPACTO DAS CONFIGURAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA E NO MERCADO DE TRABALHO PÓS 2000

A população do estado de Santa Catarina é de 6,6 milhões de pessoas e concentram-se nos municípios de Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Criciúma, sendo que 84% delas estão localizadas nas áreas urbanas. O processo de urbanização intensificou-se entre 1970-1980, quando a população urbana salta de 1,2 milhão de habitantes para 2,1 milhões, no período. Em contrapartida, a população rural decaiu de 1,6 milhão para 1,4 milhão de habitantes.

Entre 1940 e 1970, o grau de urbanização do estado de Santa Catarina aumentou de 21,53% para 43,23%, respectivamente. Já entre as décadas de 1980-1990, o grau de urbanização subiu de 59% para 71% (MOURA; SANTOS, 2011). Entre 1980-1996, enquanto a população urbana cresceu 65,49%, alcançando, em 1996, 3,5 milhões de habitantes, a população rural reduziu-se 8,8% (PEREIRA, 2011). No período de 2000 a 2010, enquanto a população urbana de Santa Catarina evoluiu 24,4% (5,2 milhões de pessoas), a rural reduziu 12,1%, chegando a um total de um milhão de pessoas (ESPÍNDOLA, 2015).

Regionalmente, a mesorregião oeste catarinense apresenta 28% da população habitando o espaço rural. Contudo, entre 2000-2010, a população rural do oeste catarinense reduziu-se 1,95%, passando 414.114 habitantes para 340.149 habitantes, entre 2000-2010. Representando, 14,8% da população do estado a mesorregião Sul Catarinense apresentou uma redução de 2,19% de sua população rural passando de 214.441 habitantes para 171.909 pessoas. Com cerca de apenas 6,5% to total populacional do estado, a mesorregião serrana, apresentou uma redução de sua população rural em torno de 1,76%, alcançando em 2010 um total de 74.310 habitantes na área rural (NIEDERLE, GUILIARDI, 2012).

Em termos evolutivos, a população do estado de Santa Catarina passou de 668.7 mil habitantes, em 1920, para 6.6 milhões de habitantes, em 2010, isto é, houve um crescimento de 992. Regionalmente a maior concentração populacional ocorre na região do Vale do Itajaí, que abriga 24,1% do total do estado, seguido das mesorregiões norte com 19,4% e oeste com cerca de 19,2%. O Oeste Catarinense, apesar de possuir o maior número de municípios, tem passado por um crescimento populacional abaixo da média do estado diminuindo sua participação, pois em 1991, representava 23,1% do total de habitantes do estado. Em contrapartida, a população do Vale do Itajaí desfrutou de um grande incremento, ampliando a participação relativa da sua população no estado como um todo de 20,8% em 1991 para 24,1% em 2010.

Processo semelhante ocorre com a Grande Florianópolis que aumentou sua participação de 13,6% para 15,9%, no mesmo período (NIEDERLE, GUILIARDI, 2012). Com destaque para Palhoça e São José que tiveram as maiores taxas de crescimento populacional, “o que demonstra a influência da dinâmica da capital no seu

entorno e o fortalecimento do processo de metropolização" (CRAICE, PEZZO, 2015 p. 47).

Segundo Graice e Pezzo (2015), a redistribuição da população no estado de Santa Catarina nas mesorregiões e a sua respectiva concentração são explicitadas ainda por meio dos fluxos migratórios. A "migração interestadual, entre 2005 e 2010, se configura como central para a dinâmica demográfica, principalmente. "Em 2010, todas as mesorregiões, exceto a Serrana, tiveram um saldo migratório positivo. "Porém as mesorregiões do Vale do Itajaí e Grande Florianópolis foram as que mais receberam migrantes" (CRAICE, PEZZO, 2015 p. 49). Entre 2005 e 2010, a maioria dos migrantes brasileiros com destino a Santa Catarina, veio da Região Sul (67,81%). Dos 638.494 "mil migrantes que Santa Catarina recebeu entre 2000 e 2010, 212.702 vieram do Paraná, seguidos dos gaúchos 162.422" (GOULARTI, 2015, p. 56-59).

A dinâmica populacional apresenta quatro fenômenos inter-relacionados. O primeiro diz respeito à crescente concentração populacional nas regiões litorâneas. Em 2016, as regiões litorâneas – Litoral Norte, Litoral Sul e Grande Florianópolis – já concentravam quase 2/3 da população do estado. Segundo Moura e Santos (2011) afirmam que, dos 24 municípios catarinenses que mais tiveram incrementos populacionais entre 1991 e 2000, 14 estão localizados na fachada atlântica.

A concentração da população catarinense na fachada atlântica passou a ser denominada pelos órgãos oficiais (IBGE), pela mídia e pela literatura acadêmica como processo de "litoralização". Segundo Silva e Mattei (2013), o processo de litoralização da população catarinense é um movimento "verificado nas últimas décadas, caracterizado por forte incremento populacional das mesorregiões de Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte catarinense" (SILVA; MATTEI, 2013, p. 91).

Para Santos e Bastos (2012) a litoralização da população catarinense decorre da expansão da atividade turística e da melhoria das infraestruturas urbana e rodoviária. Para Seabra et al. (2011), o processo de globalização tem ampliado a importância das vantagens de localização e de redução de custos logísticos. Portanto, há uma tendência à concentração espacial das atividades produtivas em regiões litorâneas. Já para Mioto (2012), a concentração da população no litoral catarinense decorre do forte movimento

de migração interna, onde a microrregião de Florianópolis é a maior receptora de migrantes (SILVA; MATTEI, 2013).

Espíndola (2015) chama atenção para os novos investimentos produtivos ao longo da fachada atlântica catarinense que ocorreram pós anos 2000 como determinantes para a aceleração do processo de litoralização. cabe destacar que o fenômeno da "litoralização" da população catarinense tem raízes históricas e que, portanto, esse fenômeno como realidade demográfica recente "pode ser interpretado como uma meia verdade, visto que o litoral catarinense concentra desde sempre o maior contingente populacional" (PEREIRA, 2011, p. 258). Ademais, o crescimento das cidades menos populosas no entorno de economias já consolidadas é comum no mundo, e uma das explicações desse fenômeno é que trabalhadores acabam buscando cidades mais baratas para morar ou instalar negócios no entorno dos grandes centros (SPOSITO, 2014).

O segundo fenômeno deriva das diferenças no crescimento demográfico entre as mesorregiões e municípios. Enquanto as mesorregiões da Grande Florianópolis, do Norte e Vale do Itajaí tiveram um crescimento muito acima das demais, entre 1991 e 2010, as regiões oeste e serrana foram as que mais perderam população. Ressalta-se que os municípios com população entre 50 mil ou mais absorveram maiores contingentes populacionais; os municípios, de até 20 mil hab., vêm sofrendo forte perda populacional; enquanto "os municípios de porte médio, de 20 a 50 mil hab., têm mantido população estável, em seu conjunto" (FIESC, 2018, p. 22).

Já o terceiro está associado ao envelhecimento da população. Entre 2000-2010, a população jovem do estado de Santa Catarina reduziu sua participação no total populacional de 38,2% para 30,5%. Em contrapartida, a população idosa cresceu a sua participação de 8,0% para 10,5% (IBGE, 2010). Soma-se a isso a redução da taxa de natalidade de 17,7 crianças nascidas por habitantes em 2000 para 13,8 crianças em 2010. Regionalmente, enquanto a maior taxa de natalidade ocorre na mesorregião serrana e norte do estado, a menor manifesta-se no sul do estado.

Por fim, o quarto fenômeno diz respeito às transformações ocorridas nas atividades rurais, via ampliação da escala, novos sistemas produtivos mais intensivos em tecnologia, ao mesmo tempo em que requer mão-de-obra mais qualificada, promove a expulsão de parte da população rural. Ademais, outros aspectos determinam a saída de pessoas do meio rural. Dentre eles os projetos autônomos dos filhos e a redução da partilha por herança. A combinação entre envelhecimento da população e saída dos filhos do meio rural vem promovendo um problema em torno da gestão das propriedades no meio rural. Segundo Marcondes (2016, p. 28) "esse relativo envelhecimento dos gestores e o fato de muitos destes estabelecimentos não terem mais jovens são indicativos da complexidade que tomou a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar catarinense".

Em termos gerais esses quatro fenômenos vêm acelerando a criação de bolsões de pobreza em torno de vários municípios como, por exemplo, Laguna, Imbituba, Jaguaruna e Tubarão no sul do estado, São José, Palhoça e Florianópolis na Grande Florianópolis, Chapecó, Xanxerê no oeste, Lages na serra, Camboriú, Blumenau, Itajaí no vale do Itajaí e Joinville no norte.

A dinâmica da população catarinense acompanha de forma direta a concentração das atividades produtivas regiões e a sua dispersão. Assim sendo, se em 1970, a microrregião de Blumenau, na região do vale do Itajaí, detinha ao maior contingente da força de trabalho, seguida da microrregião de Chapecó e Joinville, que juntas somavam 26,1% da População Econômicamente Ativa (PEA) do estado, em 1980, Chapecó passa a ser a quarta em termos de PEA, enquanto Joinville e Florianópolis, passam a ser segunda e terceira, respectivamente. Já em 2000, a região com maior PEA passou a ser Florianópolis, seguido de Joinville e Blumenau. As três detinham 36,6% de um total de 2,6 milhões de PEA do estado (THEIS, 2010, p. 80).

Entre 2000-2004, a geração de emprego no estado de Santa Catarina passou de 14.092 para 43.440 (SABOIA, 2005). A População Economicamente Ativa (PEA) de Santa Catarina cresceu 17,5%, entre 2001-2011 (MATTEI et. al., 2012). Na média, as taxas anuais de crescimento do emprego no estado catarinense foram de 5,06%, entre

2000-2011. Entre 2005-2014, o número de empregos formais no estado de Santa Catarina desenvolveu-se de 1,2 milhão de vínculos para 1,8 milhão, o que representou um crescimento da ordem de 52,21 % (WENNINGKAMP; LIMA, 2016).

Em estudo recente Mattei e Heinen (2018) ressaltam que em 2001 a PEA do estado de Santa Catarina era de 2,8 milhões de pessoas e que 2015 alcançou 3,5 milhões de pessoas. Nesse período reduziu o trabalho doméstico, aumentou o por conta própria, o número de empregados subiu de 1,5 milhões de pessoas ocupadas para 2,2 milhões e o número de não remunerados reduziu. Ainda segundo os autores entre 2001-2014, os postos de trabalhos (PFTS) formais no estado de Santa Catarina cresceram a uma taxa acumulada ao ano de 5,3%, ao ano com destaque para o setor da construção civil (8,7%), seguido do comércio (6,6%), os serviços (6,4%) e a indústria de transformação (4,4%). Os demais setores como extração mineral, serviços industriais de utilidade pública (SIUP), administração pública e agropecuária/pesca cresceram, respectivamente, 3,7%, 3,5%, 3,2% e 1,3%. Esse processo de crescimento é interrompido pós 2014 (MATTEI, HEINEN, 2018).

Em outro trabalho Mattei *et. al.*(2012) afirmam que o funcionamento do mercado de trabalho em Santa Catarina apresenta a concentração da força de trabalho em setores econômicos especializados, como a agropecuária no oeste, a indústria no norte e os serviços em Florianópolis; o aumento relativo e absoluto dos postos formais de trabalho; a concentração dos postos formais de trabalho em faixas de rendimento de até três salários mínimos; o crescimento da participação da força de trabalho feminina e a redução relativa do emprego industrial. É essencial salientar ainda a existência de diferenças importantes na forma de distribuição da força de trabalho entre as mesorregiões, denotando grandes desigualdades. A mesorregião serrana, "embora apresente elevado contingente de trabalhadores na condição de empregados, 25% destes encontram-se em condições de informalidade, situação que configura menor segurança social" (NIEDERLE; GUILARDI, 2012, p. 17).

Em termos gerais, cabe destacar que mesmo com o crescimento do mercado de trabalho em Santa Catarina pós 2003, ocorreu em vários municípios uma perda da população total. Isto sugere que a mobilidade populacional está muito mais associada às

transformações dos sistemas produtivos dos agronegócios e as mudanças sócio-demográficas.

Os sistemas produtivos (dentro da porteira) mais intensivos em tecnologia, ao mesmo tempo em que requer menos mão-de-obra e mais qualificada, promove a expulsão de parte da força de trabalho. O aumento, em ritmos variados, da população adulta e velha em vários municípios altera a composição pelo lado da oferta do mercado de trabalho. Essa mão-de-obra, com baixa escolaridade e menos qualificada, não consegue inserir-se nos novos espaços do mercado de trabalho urbano, sobretudo o mercado de trabalho do segmento de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi demonstrado, que no período pós-2000, em função do ciclo de crescimento da economia nacional, o desempenho da economia catarinense manifestou-se de forma diferenciada em termos setoriais, intrasetorial e territorial. Todas as mesorregiões do estado de Santa Catarina apresentaram crescimento do PIB entre 2002-2016. Apesar do crescimento do PIB de todas as regiões, se verifica uma mudança na participação regional no total do estado. Excetuando-se a mesorregião do vale do Itajaí e da Grande Florianópolis, todas as demais mesorregiões perderam participação no PIB. Esse crescimento diferenciado foi fruto dos diferentes investimentos que resultou na emersão de novas economias de aglomeração.

Argumentou-se que a configuração espacial das atividades produtivas catarinenses vem sendo marcada por um processo de concentração, dispersão e exclusão, que, por sua vez, redefine a participação das mesorregiões na divisão social do trabalho. Esse processo altera substancialmente a dinâmica populacional e a da distribuição da força de trabalho, promovendo novas configurações sócio-espaciais.

Assim pode se afirmar que em cada período do desenvolvimento das estruturas produtivas, tem-se uma significação particular. As funções e as formas não são permanentes em nível das forças produtivas e das relações de produção, conforme salientou Santos (1977).

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. *In:* **Texto para Discussão**. n.1828, Brasília, DF 2013. 25p. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=351. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARIO, Silvio. A. F.; FERNANDES, R. L. Indústria em Santa Catarina: processo de desindustrialização relativa e perda de dinamismo setorial. In: MATTEI, Lauro.; LINS, Hoyedo. N. (Org.) **A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI,** Chapecó: Argos 2010. p.197-247.

CONTINI, Elísio et. al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília,DF. v. 15, n. 1. p.5-28. Jan-março, 2006. Disponível em: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/issue/view/77. Acesso em: 20 mar.2019.

ESPÍNDOLA, Carlos José. O impacto geoeconômico da reestruturação técnico-econômica nas estruturas produtivas catarinenses pós-1990. **Formação**. Presidente Prudente, SP. v. 25. p. 97-117. Jan-abril, 2018.

_____. Políticas públicas e o dinamismo socioeconômico no Brasil contemporâneo: breves considerações. 2017. In: IIIº SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE. **Anais** [...], Florianópolis:UFSC. 2017. p. 1-14.Disponível em: http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/551/481.

_____. Ciclo de crescimento da economia brasileira e desempenho do agronegócio catarinense. **Geografia**. Londrina, PR. v. 25. p. 91-109. Jul-dezembro, 2016.

_____. Evolução e dinâmica da economia urbana da fachada atlântica catarinense: breves considerações. In: XIV SIMPURB, 2015, **Anais** [...], Fortaleza: UFCE, 2015.

p. 131-154.

EPAGRI/CEPA.**Síntese Anual da Agricultura Catarinense 2016 - 2017**. Florianópolis, SC. 2018. 220 p. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210>. Acesso: 10 mar. 2019.

FARIAS Fernando, R.; ESPÍNDOLA, C. J. O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir da conjuntura econômica dos anos 1980: alteração territorial de seu centro dinâmico. **Geosul**. Florianópolis, SC v. 31. n. 61. p.227-248. Jan-junho, 2016.

FARIA, Luiz, A. E. Sobre o conceito do valor agregado: uma interpretação. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, RS v. 3 n.2. p.109- 118. Jan-junho, 1983.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Desempenho e perspectivas da indústria catarinense.** Florianópolis, SC. 2018. Disponível em: <http://fiesc.com.br/>. Acesso em: 30 mai.2019.

_____. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.Desempenhoeperspectivasdaindústriacatarinense. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://fiesc.com.br/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

_____. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Desempenho e perspectivas da indústria catarinense.** Florianópolis, SC. 2013. Disponível em: <http://fiesc.com.br/>. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.**Desempenhoeperspectivasdaindústriacatarinense**. Florianópolis, SC. 2014. Disponível em: <http://fiesc.com.br/>. Acesso em: 30 maio 2019.

GONÇALVES, José S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**. São Paulo, SP v. 35, n.4, p. 7-36. 2005.

GOULARTI, J. G. Migrações, desruralização, urbanização e violência urbana em Santa Catarina. **Revista NECAT**. Florianópolis, SC. v. 4, n. 7. p. 55-74. Jan-junho, 2015. Disponível em: http://ncubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4171. Acesso em: 15 mar. 2019.

CRAICE, C., PEZZO, T. A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós 1991. **Revista NECAT**. Florianópolis, SC. v. 4, n.7. p. 38-54. Jan-junho, 2015. Disponível em: http://ncubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4171. Acesso em: 15 mar. 2019.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. v. I. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional. 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2019

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. 2017, Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LINS, H. N. Dinâmica produtiva e capacidade de produção de valor agregado. In: CARIO, S. A. F. et al. (Coords). **Programa estratégico de desenvolvimento com base na inovação. Florianópolis: UFSC e Governo do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, SC. v III, 2005, p. 566-572

MARCONDES, T. Agropecuária em Santa Catarina: Cenário atual e principais tendências. **Revista NECAT**. Florianópolis, SC. v.5, n. 9. p. 8-38. Jan-junho, 2016. Disponível em: http://ncubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4171. Acesso em: 15 mar. 2019.

MATTEI, Lauro. F.; LAVRATTI, B. B.; PELED, R. de A. Comportamento do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2011. **Revista NECAT**. Florianópolis, SC. v. 2, n. 3 p. 26-43. Jul-agosto, 2012. Disponível em: <http//necat.ufsc.br/files/2013>. Acesso em: 5 mar. 2015.

MATTEI, L. F; HEINEN, V. L. Análise da evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2016. **Revista NECAT**. Florianópolis, SC. v. 7, n. 13 p. 72-94. Jan-junho, 2018

MIOTO, B. T. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. In: **Revista NECAT**. Florianópolis, SC. v. 1, n. 1. p.31-37. Jan-junho, 2012. Disponível em: <http//necat.ufsc.br/files/2013>. Acesso em: 5 mar. 2019.

MOURA, Rosa; SANTOS, Gislane. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do sul do Brasil. In: PEREIRA, Elson. M; DIAS, Leila. C. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil. Passado, presente e futur**o. Florianópolis: Insular, 2011. p. 180-198.

NIEDERLE, Sidnei, L., GUILARDI, Livia. Aspectos gerais do desenvolvimento socioeconômico nas regiões de Santa Catarina. **Anais** [...]. 2012. p. 1-24.Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/VII_EEC/sessoes_tematicas/%C3%81rea%208%20Econ%20Reg%20Urbana/ASPECTOS%20GERAIS%20DO%20DESENVOLVIMENTO.pdf> Acesso em: 20 abr. 2019.

NOTÍCIAS DO DIA. O cinturão verde que abastece a Grande Florianópolis: Conheça quem são os produtores quealimentam a região. **Noticias do Dia**. 2014. Disponível em: https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/o-cinturaoverde- que-abastece-a-grande-florianopolis. Acesso em: 10 jun. 2019.

PADILHA, Willian, ESPÍNDOLA, Carlos. J. Prodecoop e Procap-Agro e o crescimento das cooperativas agroindustriais da região Sul. In: XI Encontro nacional da associação de pós-graduação e pesquisa em geografia. **Anais** [...] Dourados: UFGD Editora, 2015. p. 6187-6198.

PEREIRA, Raquel, F. do A. Particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: PEREIRA, Elson M.; DIAS, Leila. C. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil. Passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 251-269.

RONÇANI, Liara D, GOULARTI FILHO, A. A trajetória recente da economia catarinense (2000-2010): na contramão do crescimento? In: **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences.** Maringá, PR**.** v.37, n.1. p. 53-64. Jan-junho. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/26459-124838-1-PB%20(6).pdf>. Acesso em: 20. abr. 2019.

SABOIA, João. **Geração do emprego industrial nas capitais e interior do Brasil**. Brasília: SENAI/DN. 2005. 57 p. Disponível em: http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/7/geracao-do-emprego-industrial-nas-capitais-e-no-interior-do-brasil/. Acesso 20 jun.2018.

SANTA CATARINA. Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). 2019. Disponível em: https://www.sc.gov.br/index.php/governo/acoesdegoverno/desenvolvimento-economico/prodec-programa-de-desenvolvimento-da-empresa-catarinense. Acesso 20 mai 2019.

SANTOS, Fabíola; BASTOS, José. M. O processo de urbanização do litoral e a expansão do turismo na capital catarinense – Florianópolis – Santa Catarina. In: **Observatório Geográfico América Latina**, 2012.Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/>. Acesso em: 12 out. 2015.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografi**a. São Paulo, SP. v. 54, p. 81-100, jun. 1977.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006. 260p.

SEABRA, F.; BEZ, R.; BORNSCHEIN, F. C. O efeito litoralização e a distribuição regional de renda e de população em Santa Catarina. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, RS. v. 32, n. 1. p. 197-216. Jan-abril, 2011.

SILVA, M. C.; MATTEI, L. F. Breves notas sobre a demografia na região da grande Florianópolis. **Revista NECAT**. Florianópolis, SC. v. 2, n. 3. p. 89-10. Jan-junho, 2013. 1.Disponível em: <http//necat.ufsc.br/files/2013>. Acesso em: 5 mar. 2019.

SPOSITO, M. E. Entrevista. Municípios de SC crescem acima da média brasileira e oferecem oportunidades de emprego e negócios. **Diário Catarinense**. 05/08/ 2014. Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia>. Acesso em: 14 mar. 2019

THEIS, I. M, A dinâmica espacial recente da economia catarinense. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyedo. N. (Orgs.) **A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** Chapecó: Argos, 2010. p.63-107.

WENNINGKAM, Keila R., LIMA Jandir F. de. Evolução e qualificação do emprego formal no sul do Brasil. In: **Textos de economia.** Florianópolis, SC**.** v. 19. n. 1. p.1-21. Jan-junho, 2016. Disponível em: <ttps://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175->. Acesso em: 5 mai. 2019.

Recebido em dezembro de 2019.

Aceito para publicação em março de 2020.